

DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA A EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA: a trajetória da extensão rural no Brasil

TECHNOLOGY TRANSFER The PEASANT EXPROPRIATION: the trajectory of rural extension in Brazil

VALMIR CRISPIM DOS SANTOS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
valmircrispim@hotmail.com

MARCELO RODRIGUES MENDONÇA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
mendoncaufg@gmail.com

Resumo

A transferência de tecnologia dos centros de pesquisas aos camponeses brasileiros iniciou-se na década de 1940, com a chegada do serviço de assistência técnica e extensão rural, introduzido no país por meio de convênio firmado entre o Governo de Minas Gerais e a Fundação Rockefeller. Na década de 1950, o serviço expandiu-se para a maioria das unidades federativas através da criação da Agência Brasileira de Crédito Agrícola (ABCAR), que congregava todas as agências estaduais existentes ou criadas a partir daquela data. O papel da extensão rural ao longo de sua trajetória no Brasil foi de levar ao campo brasileiro as práticas e técnicas da Revolução Verde, aumentando a produção de *commodities* e consequentemente a expulsão dos camponeses de seu espaço de vida. Nesse artigo discutiremos a colaboração da extensão rural no processo de modernização conservadora da agricultura brasileira e a expropriação camponesa oriunda desse processo.

Palavras chaves: Extensão Rural, Expropriação, Revolução Verde

Abstract

The technology transfer process from research centers to Brazilian peasants began in the 1940s with the technical assistance and rural extension service, introduced in the country through an agreement signed between the Government of Minas Gerais and The Rockefeller Foundation. In the 1950, the service has expanded to most federal units through the creation of the Brazilian Agency for Agricultural Credit (ABCAR), which brought together all existing state agencies or created from that date. The role of extension along its trajectory in Brazil was the introduction of practice and techniques to the Brazilian field from the Green Revolution, increasing production of *commodities* and consequently the expulsion of peasants from their living space. In this article we will discuss the cooperation of the rural extension in the conservative modernization process of Brazilian agriculture and the peasant expropriation coming from this process.

Keywords: Rural extension, expropriation, Green Revolution

GT 05: Campesinato, Comunidades Tradicionais e Resistências

Introdução

O processo de transferência de tecnologia dos centros de pesquisas aos camponeses brasileiros iniciou-se na década de 1940, com a chegada do serviço de assistência técnica e extensão rural, introduzido no país por meio de convênio firmado entre o Governo de Minas Gerais e a Fundação Rockefeller. O objetivo era transferir aos agricultores brasileiros as tecnologias agrícolas, dentro do ideário americano de disseminar os produtos de suas agroindústrias para o mundo, visando à produção de *commodities* para exportação e, consequentemente, o aumento do consumo de produtos procedentes de suas empresas. Na década de 1950, o serviço expandiu-se para a maioria das unidades federativas através da criação da Agência Brasileira de Crédito Agrícola (ABCAR), que congregava todas as agências estaduais existentes ou criadas a partir daquela data

A criação da ACAR/MG, em 1948, foi uma demonstração do apoio do Estado brasileiro às propostas de política externa do governo estadunidense. Tinha o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, inserindo-a nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. O serviço de assistência técnica e extensão rural foi implantado como um serviço privado ou paraestatal com apoio de entidades públicas e privadas.

Inicialmente a extensão rural no Brasil assumiu um caráter estritamente educativo, focando suas ações na melhoria das condições nutricionais, higiênicas e sanitária das famílias rurais. Nesse contexto inúmeras políticas foram implementadas visando a melhoria da unidade familiar rural, aproveitando da condição de Jeca Tatu criada pela classe hegemônica brasileira.

Nesse sentido algumas questões saltam ao debate, como por exemplo a serviço de quem e com quais objetivos a extensão rural focou suas forças em educar a família rural brasileira especialmente na década de 1950? Quais os resultados desse trabalho? As respostas a essas questões estão diretamente ligadas a preparação da família rural para a segunda fase que seguiu nas décadas de 1960/70, com a chegada dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde na campo brasileiro.

A extensão rural foi a política pública responsável por levar as tecnologias importadas prioritariamente dos Estados Unidos até o agricultor, utilizando do discurso da necessária modernização da agricultura. Nesse sentido o camponês foi inserido em um modelo de produção agrícola que promovia a dependência das tecnologias externas em detrimento dos saberes locais empregados na produção de alimentos. Essa dependência criada com a chegada dos pacotes tecnológicos obrigava que a atividade agrícola fosse desenvolvida em grandes

áreas, algo impossível para a agricultura camponesa. Aliada a outras políticas públicas de ocupação do campo a extensão rural colaborou sobremaneira para a expulsão dos camponeses de suas unidades de vida, facilitando a consolidação da agricultura comercial.

Extensão rural e expropriação camponesa

Para Freire (2013, p. 46), “não há educação neutra, todo movimento educacional está imbricado de alguma intenção política”, ou seja, serve a alguma situação prática. Nesse sentido, o caráter educativo da extensão rural no Brasil possuía a clara intenção de dominação de classe, preparando o camponês para o processo expropriatório que seguiu a partir do final da década de 1960, com a implantação dos programas de desenvolvimento regionais, ligados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO).

As técnicas aplicadas pela extensão rural nas Comunidades Camponesas traziam em seu bojo objetivos claros e muito bem definidos, em especial após a Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de expansão do capital americano intensificou-se, principalmente na área de insumos agrícolas. Essa realidade passava necessariamente pela busca de novos mercados em países onde a base produtiva ainda não havia agregado elementos que pudessem concorrer com as necessidades de mercado apresentado pelas agroindústrias e capital financeiro dos EUA. Ademais, o governo brasileiro apresentava as condições políticas e ideológicas necessárias para que se promovessem as transformações propostas no campo. A consecução das técnicas da Revolução Verde no campo passava prioritariamente pela necessária expropriação camponesa nas mais variadas formas.

A expropriação patrocinada pelas políticas extensionistas desde seu início foi feita de forma sutil e planejada. As ações foram travestidas de um caráter social, em que os benefícios produzidos visavam à melhoria na qualidade de vida da família rural. Como extensionista, destaco que nunca fizemos os questionamentos necessários acerca das reais intenções da política extensionista, pois acostumamos a aceitar que os discursos extensionistas falem por eles mesmos, ou seja, que as suas verdades sejam aceitas pela sociedade e validadas pelos camponeses.

As contradições existentes no campo durante todas as fases da extensão rural nunca fizeram parte da preocupação extensionista. Segundo Prado (2001, p. 52), “os conflitos existentes no campo nas décadas de 1960/1970, nunca apareciam nos planos de extensão rural”, demonstrando a real intenção de sua estatização e fortalecimento no período. Os problemas

concretos sob os quais viviam as famílias rurais brasileiras estavam distante dos planos da extensão rural. A realidade do campo brasileiro deveria ser mudada, e nesse caso negando os conflitos existentes e promovendo as condições necessárias para que as áreas planas do Cerrado fossem incorporadas à lógica do agronegócio, em detrimento das famílias *trabalhadoras da terra* e habitantes nesses espaços.

Aprofundar no caráter expropriatório da extensão rural é compreender como esse movimento estava atrelado a uma série de outras políticas que resultou na expulsão de milhões de camponês do seu território de vida, ao passo que a política extensionista se aperfeiçoava para atender as necessidades do capitalismo no campo. “Como pode uma instituição que elegeu os pequenos agricultores como público beneficiário prioritários de suas ações admitir prudentemente sua expropriação e expulsão no campo?” Prado (2001, p. 63). Ocorre que interessava às forças hegemônicas (capital agroindustrial e financeiro) que a partir da década de 1960, aportaram no campo era a disponibilidade de terras a qualquer custo, o que custou o espaço de vida de milhões de brasileiros. Esse processo exigia que o governo disponibilizasse uma série de serviços (crédito, infraestrutura e logística, pesquisa etc.) para atender as necessidades surgidas com o novo modelo de ocupação do campo; e a extensão rural fazia parte desse contexto.

Em 1974, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), subordinada ao Ministério da Agricultura, consolidando a estatização do serviço de extensão rural no Brasil. A criação da EMBRATER insere-se num contexto em que o capital internacional iniciava a modernização de suas práticas agrícolas, culminando com a apropriação dos Territórios Camponeses no Brasil, especialmente nas áreas de Cerrado.

Os programas de desenvolvimento regionais gestados pelo governo nos anos seguintes, como por exemplo, o POLOCENTRO, fundamentou sua expansão em obras de infraestrutura, no crédito rural subsidiado, nas ações da pesquisa agropecuária e extensão rural, que, atuavam em várias frentes para consolidar a expansão do agronegócio.

A criação de entidades públicas de apoio às atividades agrícolas exemplifica a atuação do Estado na formação e expansão das grandes fazendas de criação de gado bovino e cultivo de grãos, especialmente o milho e o soja cultivadas por agricultores oriundos principalmente do sul do país que tiveram as condições necessárias para ocupar grandes áreas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Para Cleps Junior, (1998, p. 139):

[...] a concepção dos programas oficiais, a exemplo do POLOCENTRO, foi a de dar prioridade à seleção de colonos com alta probabilidade de adotarem as tecnologias propostas, visto que a maioria dos mutuários era oriunda dos estados do Sul do Brasil.

Ao lado das grandes vantagens concedidas aos colonos, os quais iam desde os investimentos na aquisição de terras, levantamento e demarcação, correção e conservação dos solos com insumos, financiamento de equipamentos de irrigação e máquinas, construções de infraestrutura nas glebas de terras, o programa realizou investimentos em obras de infraestrutura regional e de apoio à comercialização agrícola, tais como em estradas, energia, armazenagem, saúde, educação, entre outras.

Aos camponeses habitantes das extensas áreas do Cerrado pouco restou além do fundo dos vales, onde passaram a viver em pequenas áreas sujeitos a outros tipos de exploração e submissão, convivendo com a expropriação dos recursos naturais, com a contaminação dos recursos hídricos e toda sorte de dificuldades. Foram vítimas da segunda expropriação nas décadas de 1980/1990, quando os grandes reservatórios de água para produção de energia elétrica ocuparam os vales do Cerrado.

À pesquisa agropecuária coube o papel de desenvolver as tecnologias necessária como a adequação dos solos do Cerrado às práticas agrícolas e a adaptação das variedades principalmente de soja e milho às condições climáticas e pedológicas da região. Ocorre que as espécies que não eram exóticas (como o milho) já haviam tido um amplo processo de melhoramento genético, tornando-as mais dependentes de adubos e venenos utilizados em todo ciclo produtivo. Ademais, a monocultura em qualquer que seja as condições ambientais, leva inexoravelmente a uma relação conflituosa com os víveres nativos, potencializando o uso de venenos mesmo antes da semeadura das grandes lavouras.

A incorporação do calcário rico em carbonato de cálcio e carbonato de magnésio ao solo do Cerrado foi outro ponto fundamental para expansão da monocultura. Os solos do Cerrado em condições naturais não possuem o teor de matéria orgânica desejável à prática da agricultura comercial. Além do mais são ricos em hidrogênio e alumínio, que deixam a solução do solo naturalmente ácida e tóxica, especialmente às plantas não adaptadas ao ambiente. Essa acidez faz com que os principais nutrientes presentes no metabolismo das plantas (exóticas ao ambiente), formam compostos insolúveis e conseqüentemente sem condições ideais de serem absorvidos pelas plantas. A adição de calcário possibilita que o alumínio (Al^{3+}) e o hidrogênio (H^+) sejam imobilizados através da formação de compostos químicos com o carbonato de cálcio presente no calcário, ficando os demais nutrientes disponíveis às plantas.

Para que a agricultura comercial tivesse o mínimo de condições de desenvolver nas terras do Planalto Central foi necessária a adequação das bases químicas do solo às limitações das plantas que passariam a dominar a paisagem a partir de então. O financiamento público dessas práticas constava nos programas de desenvolvimento no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava dentre outros a modernização da agricultura no Cerrado.

O avanço do capitalismo no campo ocorria concomitante com a expropriação da propriedade camponesa. A presença de grandes grupos econômicos que passaram a utilizar a terra como reserva de valor, fizeram com que o campo fosse a “bola da vez” na sanha de acumulação do capitalismo. O apoio oficial com crédito farto era tudo que os agricultores vindos do sul do país e os grandes conglomerados financeiros desejavam para consolidar uma nova forma de relação com a terra nas áreas do Cerrado. Somamos ao crédito o apoio com obras de infraestrutura que possibilitavam o escoamento das grandes safras de grãos, que cresceram junto com o rebanho bovino destinado preferencialmente a produção de carne comercializada no mercado externo.

As ações eram desenvolvidas visando única e exclusivamente ao atendimento das necessidades criadas com a nova modalidade de ocupação do Cerrado. Para Mendonça (2004, p. 195), “a prioridade na modernização da agricultura tomada como parte do II PND (1975-1970), atendia além da produção de *commodities* para exportação, a produção e comercialização de fertilizantes e venenos, que passaram a ser utilizados em larga escala nas áreas de Cerrado”. Foi uma modernização às avessas, onde os interesses dos *trabalhadores da terra* não foram considerados em nenhuma das fases da execução do programa.

A extensão rural compareceu nesse contexto segundo Delgado (2012, p. 14), “como parte de um grupo de entidades e serviços criados ou recicladas naquele período”, para exercer um papel fundamental determinado pelo capital internacional, que era de potencializar a produção de *commodities* e assim, aumentar o consumo dos produtos oriundos das indústrias americanas. Foi um casamento a três, tendo no tripé o crédito rural subsidiado através Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965; a Pesquisa Agropecuária através da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1972; e a Assistência Técnica e Extensão Rural que foi elevada a política de estado com a criação da EMBRATER em 1974. O pano de fundo desse momento foi o crédito subsidiado e acompanhado pelas empresas de extensão rural.

A extensão rural foi partícipe na consolidação desse modelo de desenvolvimento rural implantado no Brasil na década de 1970. Eram através dos projetos técnicos elaborados pelos extensionistas rurais que os agricultores tinham acesso ao crédito rural para o desmatamento, a correção do solo, a compra de equipamentos, de sementes, adubos e venenos. A aprovação dos projetos de investimentos pelo agentes financeiros estava por sua vez condicionada a incorporação do “Pacote Tecnológico” pelo proponente, caso contrário não recebiam os recursos pleiteados ao desenvolvimento da atividade produtiva. Essa exigência em si já era suficiente para excluir da atividade camponeses com baixa capacidade de investimento, pois as

práticas agrícolas passaram a exigir segundo a modernização conservadora a utilização desses recursos, além da produção em escala e a utilização do “trabalho assalariado”.

A modernização da agricultura elevou consideravelmente os custos de produção, exigindo cada vez mais a integração entre a agricultura e os complexos agroindustriais que passaram a direcionar as atividades agrícolas a partir de então. Essa mudança na matriz produtiva exigia áreas maiores para sua reprodução, e o caminho encontrado foi a expulsão dos *trabalhadores da terra* e a incorporação da *unidade de vida camponesa*¹ ao agronegócio.

Não obtendo retorno em sua atividade, restou ao camponês a opção de buscar condições de pelo menos “*sobreviver*” nas periferias das cidades, submetendo ao trabalho estranhado e a toda sorte de discriminação que é peculiar nessa situação. Enquanto uns “disputavam o poder de concentrar riquezas e de explorar mais e mais a terra e a mão de obra, outros disputavam um lugar ao sol, para poder ter o direito de ser e de viver”. Mendonça (2015, p.7).

As consequências socioambientais dessa opção foram drásticas. E piora a cada dia na medida em que as metrópoles brasileiras esgotam as condições para a *sobrevivência* com um mínimo de dignidade, o que por razões óbvias acreditamos não ser possível. Condicionado por essas e outras ações, a expropriação dos territórios camponeses foram se expandindo principalmente na região do Cerrado, com a expulsão de um grande número de trabalhadores de seus territórios de origem.

As tecnologias empregadas no processo produtivo, além de alijar a produção camponesa possibilitavam a utilização de uma pequena quantidade de mão de obra, além do mais, com qualificação alheia aos *saberes/fazeres*² camponeses. As máquinas substituíram os trabalhadores da terra, os recursos naturais são apropriados e incorporados a lógica do capital, realizando o lucro onde antes existia vida comunitária. Para Mendonça (2015, p. 8):

Agora, como mercadorias são subordinadas aos ditames do mercado que não estabelece limites e não conhece nenhuma outra lógica que não seja a de ampliar, significativamente, as condições de geração do lucro. Não importa se os solos estão sendo mortos, se há trabalho escravo, se as águas estão sendo contaminadas e se os trabalhadores estão a cada dia mais empobrecidos.

¹ Compreendemos que antes de ser uma unidade de produção, a propriedade camponesa significa um local de reprodução do modo de vida camponês, onde ele realiza as práticas culturais que caracterizam essa classe trabalhadora. Nesse sentido, adotamos nessa pesquisa o conceito de *unidade de vida camponesa* em detrimento de outros que a identificam apenas pela dimensão produtiva-econômica em detrimento das práticas culturais.

² Entendemos como *saberes/fazeres* camponeses as práticas socioculturais que caracterizam os trabalhadores da terra.

O campo atualmente não lembra em nada a *unidade de vida camponesa* de antes da década de 1970. A técnica dominou as atividades produtivas ao ponto da robotização utilizada pela agricultura de precisão substituir os poucos trabalhadores que ainda restam nos espaços agrícolas. Chegamos ao século XXI na liderança de produção de várias *commodities* agrícolas dentre elas a soja, o milho, o algodão e a carne. Mas essa prática nos legou também a liderança no consumo de veneno agrícola, na intoxicação e morte de trabalhadores e na utilização do trabalho escravo.

À extensão rural coube trazer ao campo brasileiro nas décadas de 1960-1990, as técnicas que possibilitaram a modernização conservadora da agricultura, materializada na consolidação e expansão do agronegócio. Na modernização das práticas produtivas os pacotes tecnológicos da Revolução Verde adentraram ao campo com o discurso de salvação da lavoura. Rapidamente os efeitos foram sentidos pelos camponeses, com a apropriação dos recursos naturais, redução dos espaços de vida e o aumento da violência no campo. Os conflitos por terra e água se espalharam pelo Cerrado, especialmente em Goiás, chegando ao ponto de em “nome da eficiência produtiva privilegiar a irrigação da lavoura em detrimento do consumo humano e animal”.

Considerações

O trabalho da extensão na transformação do rural em agrícola trouxe efeitos imediatos, pois as técnicas de comunicação e persuasão possibilitavam que a família camponesa despertasse de forma rápida para o consumo de produtos industrializados. Segundo Fonseca (1985, p.91 “A família era a unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ajudar a si mesmo deveriam surtir efeitos”. Para a autora essa técnica promovia a condenação em série das práticas produtivas, *saberes/fazeres*, alimentação e cultura da família rural. Um bom exemplo da mudança nos hábitos alimentares da população, foi o óleo de soja que ganhou espaço em relação a gordura de porco na cozinha do brasileiro.

A captura dos *saberes/fazeres* camponeses e sua expropriação era um dos papéis legados a extensão rural, que, para atingir o intento atuava em várias frentes, desde a técnica produtiva até a economia doméstica, onde o moderno era integrar as famílias camponesas ao modelo de consumo urbano. Para alcançar esses e outros objetivos a extensão rural assumiu inclusive o papel de educação rural, em que a transmissão de conhecimentos técnicos era a maneira inicial do trabalho extensionista junto às Comunidades Camponesas. E nesse contexto as mudanças caminhavam sempre para a negação do saber camponês.

Podemos afirmar que houve por parte da extensão rural praticada no Brasil uma verdadeira descaracterização cultural da vida camponesa. Ao camponês foi imposto um modelo produtivo insustentável para a sua permanência nas pequenas propriedades rurais. Seu propósito era somente atender diretamente a sanha do capital financeiro no campo, aumentando o lucro das transnacionais, muito diferente dos objetivos cultivados nas *unidades de vida camponesas*.

Assim, alguns objetivos específicos, dentre eles inserir no bojo do campesinato as condições necessárias a expulsão dos camponeses de suas terras foram levados adiante no campo. As metodologias utilizadas no trabalho extensionista em nada contribuíram para a consolidação dos *saberes/fazeres* camponeses, servindo conforme Fonseca (1985, p. 102) “[...] para permitir o encontro dos agentes do capital com lavradores e agricultores responsáveis diretos, no sistema econômico pela produção agrícola”. O resultado foi a subjugação do trabalho, a expropriação e a expansão das relações de exploração capitalistas no campo”.

Em momento algum os programas educativos colocavam em discussão as reformas estruturais necessárias, como por exemplo, a Reforma Agrária que permite uma nova realidade nas relações de poder no meio rural. As ações eram pensadas para promover a expropriação e garantir a territorialização do capital financeiro no campo brasileiro, em especial no Cerrado. Ao incorporar essas características a extensão rural mostra que a metodologia utilizada pelo extensionismo não era adequada aos camponeses brasileiros. O processo ocorria de fora para dentro, e aos camponeses cabiam apenas absorver os conhecimentos trazidos pelos extensionistas e aplicá-los na propriedade.

A extensão rural foi um dos principais instrumentos públicos utilizados na modernização conservadora da agricultura entre as décadas de 1950 a 1980. Nesse período, pautou sua metodologia principalmente no acesso ao crédito agrícola e na disseminação de técnicas estranhas ao mundo camponês, submetendo-o à expropriação imposta pelo capital internacionalizado.

O modelo extensionista praticado no Brasil ao longo de seis décadas, mesmo que se identifique como educadora é caracterizada segundo Freire (1983, p. 58) “como ações que transformam o agricultor em objeto e não coadjuvante das ações educativas de caráter libertador”.

Colaborando com essa premissa, o extensionista sempre assumiu perante os camponeses a condição de detentor do conhecimento, ao passo que o camponês, a de agente passivo que deveria adotar todas as orientações ditas “modernas” por ele recomendadas. Essas orientações eram compostas de um pacote tecnológico que incluía, além da negação dos

saberes/fazeres tradicionais, a utilização de venenos, adubos e organismos geneticamente modificados. Sosa et al. (2013, p. 67) chama essa prática de “extensionismo tradicional, ou seja, orientado para o mercado e os lucros, baseados em receitas e pacotes tecnológicos projetados de forma igual para todos os lugares, desvinculado das necessidades, elementos culturais e conhecimentos locais”. Um modelo verticalizado, homogêneo e expropriador de práticas culturais.

O apoio ao latifúndio em detrimento da *unidade de vida camponesa* representava o caminho que o governo brasileiro escolhera para que as políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural trilhassem a partir da década de 1970. Construir a ideia da inviabilidade da pequena propriedade rural foi o caminho mais curto para a *limpeza* do campo e a territorialização do capital, que apropriou-se de grandes extensões de terras como forma de especulação. Ao Estado coube o papel de disponibilizar tecnologia, crédito, infraestrutura e segurança já que os camponeses expropriados reagiram e foram massacrados na busca de seus direitos. Na linha de frente não estava apenas a extensão rural, mas um conjunto de políticas públicas meticulosamente pensadas para modernizar o campo brasileiro.

Não podemos negar que a extensão rural cumpriu bem o papel a ela determinado na modernização conservadora da agricultura brasileira ao longo das cinco décadas de sua implantação no Brasil. Só não contávamos que nossas práticas voltassem com o mesmo caráter expropriatório com que a impomos aos camponeses brasileiro. A expulsão dos camponeses de suas terras e consequentemente a consolidação do agronegócio levou a dispensa dos serviços extensionistas que antes fora o sustentáculo da modernização no campo. Não restou outro caminho à extensão rural no Brasil, a não ser buscar outras práticas que garantisse a sua permanência como política pública. A anunciada crise *bateu em nossas portas* no início da década de 1990.

Referências

BRASIL. **Lei n 6.161, de 4 de dezembro de 1974.** Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975-1979. Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado:** o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 1998.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

_____, **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____, **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil:** um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____, **As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água:** as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Rev. Pegada** – vol. 16, n. especial 3 mai. p. 3-15. Presidente Prudente, 2015.

PRADO, E. **Fundamentos da crise da extensão rural no Brasil.** 2001. 120 f. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária). Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOSA, B. M; JAIME, A. M. R; LOZANO, D. R. A; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica:** O movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. Tradução Ana Corbisier. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.